



Vozes privadas de muitos libertaram-se pelo lapso de um

“Pecadilho imperdoável!” Teria exclamado um primeiro ministro, ao referir a conversa, revelada pela *Folha de S. Paulo*, de um segundo ministro e suas outras tantas revelações. Um evidente jogo de palavras, de sentidos contrários, sem qualquer significação aparente: pois pecadilho é exatamente um pecado sem relevância, portanto perdoável por definição.

Mas foi a voz de um ministro do Supremo, ao trazer à superfície um sentimento, crível por verossimilhança. Quem é que já não se sentiu acuado, pressionado, por alguém, algum fato, até por uma multidão?

Plausível. Mas o Supremo Tribunal Federal, ele mesmo, uma entidade, um órgão do Poder Judiciário, veio a público para dizer que não é e não pode ser pressionado por nada nem ninguém. O Supremo é o todo. Está acima de cada um dos ministros, disse em entrevista ao *Estado de S. Paulo* um terceiro ministro, ao rebater outra revelação, lida na tela do computador público do segundo, fotografada e levada também ao conhecimento de todos pelo jornal *O Globo*. A tela e a voz foram a superfície por onde vazaram comentários fragmentários, como que lapsos revelados por uma das partes do todo Supremo.

Freud chamaria isto de lapso, ou melhor, *Fehlleistung*, realização imperfeita. Realização de quê? De um desejo, uma vontade de dizer, como se de tanto querer e diante de tanta resistência, o desejo aparecesse de modo súbito, atrapalhado. Alguém poderia falar em trapalhadas. Mas o que é que revelam?

Algo muito simples: o corpo coletivo do STF, como qualquer outro órgão coletivo, é, de fato, uma ficção. É composto por várias pessoas, cada uma com seu modo de ser, de pensar, de dizer. Mas, sobretudo, pessoas políticas, condicionadas por certa formação, por certos interesses de si e dos grupos com os quais se identificam.

Nada de novo, portanto, a não ser que se desconfie da tolice de dizer que todos são humanos. Óbvio. Mas se todos são assim, por que confiar a alguns a tarefa de julgar os demais, iguais?

Os conflitos, sobretudo os mais importantes, os que podem afetar a todos, o controle dos outros poderes e de quem os detém, do governo, das leis, da constitucionalidade, precisam encontrar um lugar de expressão e de solução. Do contrário, a guerra de todos os interesses, todas as paixões não vai cessar.

E a imprensa, ao descobrir isso e ao ver que o Supremo não contemporizou, que enfrentou e mandou processar poderosos — ao menos em reputação, desmanchou-se em elogios. Mas será que não há de pairar, nesse consenso inesperado, alguma dúvida?

Quem a torna realizável é uma parte do todo, por lapso, pecadilho público. Mesmo que a aparente acusação não se esclareça, mesmo que seja coberta pela mancha da preservação do corpo — medo de autofagia, como disse o primeiro ministro, mesmo que não se mostre nem se torne verdadeira, foi desvelada.



As vozes privadas de muitos libertaram-se, pelo lapso de um. Que controle tem a população sobre o todo e suas partes. Sobre quem é indicado pelo presidente e aprovado pelos senadores para desempenhar tão relevantes funções?

Homens e mulheres com uma história digna de vida, de notável saber. Mas que não se podem subtrair ao controle do povo, ao princípio democrático.

Podemos valorizar o Supremo, mas queremos saber os porquês. Temos, o povo, o direito e o dever de participar dessa escolha e controlá-la.

Por que funções tão relevantes afetam a todos, por que a política tem de ser a prática de todos, ou pelo menos do maior número possível. Por que o direito a pleitear, até a pressionar por direitos, deve pertencer a todos e não só a alguns. Por que deve haver um laço de confiança entre quem exerce o poder e quem se submete a ele. Por que o exercício do poder não pode ser permanente, devem se alternar e se alterar os que o exercem. Como dizia Montesquieu, enfim, “podemos temer a magistratura, nunca os magistrados”.

Date Created

10/09/2007